



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

# COVILHÃ

ACTA N.º **01/2008**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2008  
INICIADA ÀS 14 HORAS E 35 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 16 HORAS E 35 MINUTOS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL.</b>
- ABERTURA.....	<b>02</b>
- ANTES DA ORDEM DO DIA .....	<b>05</b>
- ORDEM DO DIA.....	<b>13</b>
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	<b>20</b>
- ENCERRAMENTO.....	<b>20</b>

**ACTA N.º 01/2008****ABERTURA**

Aos quinze dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito, nas instalações da Assembleia Municipal sitas na Rua Conde da Ericeira, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira** com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS****1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Ampliação da 3.<sup>a</sup> Fase do Parque Industrial do Tortosendo – Declaração de Interesse Municipal;
- 2.3** - Regulamento de Reprodução de Documentos do Arquivo Municipal da Covilhã;
- 2.4** - Regulamento Cartão Social Municipal – Alteração;
- 2.5** - Relatório do Estado do Ambiente Acústico Municipal – Aprovação;
- 2.6** - Mapas de Ruído do Concelho da Covilhã;
- 2.7** - Proposta de Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais;
- 2.8** - Confraria da Cereja de Portugal.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Senhores Victor Manuel Garcia Rebordão e Carlos Alberto Matos Mendes. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Prof. Bernardino Gata da Silva, Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Dra. Maria de Fátima Teresa Paiva, Dr. Carlos Alberto Gil Ferreira, Dra. Maria da Ascensão Albuquerque Amaral Figueiredo Simões, Dr. Domingos Sousa Beato, José Manuel dos Santos Santarém, Dr. José Curto Pereirinha, Dra. Telma Catarina Dias Madaleno, Dr. Marco António Barreiros Gabriel, João Manuel Barqueiro Lanzinha, Pedro Nuno Cunha Leitão, Dr. Rui António Nabais Cordeiro Lourenço, Ricardo Emanuel Proença Abreu, Dr. José Simões Soares, Dr. David José Carriço Raposo da Silva, Dr. João Rosa de Almeida, Abel Fernando Pereira Cardoso, Dr. José Serra dos Reis, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Prof. José Flávio Martins, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Maria Filomena Palma Cordeiro Pires Figueiredo Gomes, Isilda da Silva Barata, Eng.º Francisco José Puebla Simões, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Luís Filipe de Matos Pais e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, José Luís Antunes Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), João Luís Martins Gomes (Aldeia de Souto), Jerónimo Carvalho Barata (Barco), Prof. José Joaquim Pinto de Almeida (Boidobra), José Manuel Escodenga Nunes (Canhoso), José Martins Carrola (Cantar- Galo), António Geraldês Ramos (Casegas), Paulo Jorge Alves Rodrigues (Cortes do Meio), Carlos Francisco (Coutada), António Paulo Pereira Ranito (Conceição), António Manuel Garcia Rebordão (Santa Maria), Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira (São Martinho), Victor Manuel Garcia Rebordão (São Pedro), José Duarte Minhoto (Dominguio), Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais (Ferro), António Canário Marques da Silva (Orjais), Joaquim Carvalheiro dos Santos (Ourondo), Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (Paul), José do Nascimento Curto Costa (Peraboa), Fernando José Gonçalves Casteleira (Peso), Fausto Herculano Branco Baptista (S. Jorge da Beira), José Rafael Lourenço Ferreira (Sarzedo), Carlos Alberto de Matos Mendes (Teixoso), Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira (Tortosendo), Luís Filipe Fabião Pessoa (Unhais da Serra), João Casteleira Ferreira (Vales do Rio), Armindo Fonseca Geraldês Rosa (Verdelhos) e Dr. João Paulo Gomes Baptista Lopes (Vila do Carvalho). -----**

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Dr. Artur Campos Meireles da Fonseca, Dr. Carlos José Duarte Mineiro, Enf. António Mendes Paulo (Erada), Dr. Jorge Manuel da Cruz Ramos Silva (Sobral de S. Miguel) e Arménio Marques Matias (Vale Formoso).** -----

Verificada a existência de “quorum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente sessão.** -----

### **PRESENCAS DA CÂMARA**

--- Estiveram presentes o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, Eng.º Victor Manuel Abrantes Marques, Dr. Victor Manuel Pinheiro Pereira, Prof. João Manuel Proença Esgalhado, Dr. Luís Miguel Fonseca do Nascimento, Dr. Luís Manuel Fino Gil Barreiros e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Chefe de Secção Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 05, DA SESSÃO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007**

--- Submetida a acta, previamente enviada por fotocópia a todos os membros convocados, à apreciação, foram intervenientes:

- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Uma interpolação à Mesa. Eu gostaria que o Senhor Presidente informasse esta Assembleia antes da aprovação da acta qual é a metodologia que a Mesa da Assembleia Municipal segue para a elaboração da acta. Qual é o procedimento que se utiliza para a elaboração da acta? Porque nós temos, o Partido Socialista tem dúvidas em relação àquilo que vem transcrito e a forma como vem...” -----

- O Senhor Presidente da Mesa: “Mas, eu vou informá-lo! O que é transcrito para a acta está em gravação. Quando tiver dúvidas o mais que terei é de lhe mostrar a gravação. Agora, aquilo que é feito é, o que fazemos em todas as Sessões é, retirar excertos. Não vamos fazer a transcrição completa do que está gravado. São excertos da gravação da Assembleia. É assim que é feita. Não sei se esclareci?” -----

- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Senhor Presidente, só pelo seguinte: É que nós lemos com atenção a última acta e há pelo menos um ponto, que nos merece algumas dúvidas, nomeadamente, em relação àquilo que é a transcrição das declarações feitas pelo Senhor Deputado Bernardino Gata, no período Antes da Ordem do Dia. Em que, em nosso entender e acho que de todos os presentes, ele referiu, especificamente, um plano de saneamento financeiro para a Autarquia. Que propunha e que desafiava o Presidente da Câmara, na altura, a apresentar a esta Assembleia um plano de saneamento financeiro da Câmara Municipal, e isso não vem transcrito em acta e, acho que, era importante, porque foi isso que realmente foi dito. Portanto eu pedia, o Partido Socialista para votar favoravelmente esta acta como tem muitas dúvidas, de facto, naquilo que vem transcrito na acta, sobre essas declarações, gostaríamos, para votar favoravelmente, que nos fosse facultada a gravação para, de facto, confirmar se foi isso ou não”. -----

- O Senhor O Presidente da Assembleia: “Sim. Não lhe vou facultar agora, neste momento, a gravação. Não lhe vou por agora a gravação, como é normal. O senhor

perante a acta vai tomar a decisão que entender. Depois se quiser algum esclarecimento poderá como membro da Assembleia consultar a gravação”. -----

- O Senhor Dr. José Serra dos Reis: “Senhor Presidente, um pedido de esclarecimento se, relativamente à acta, visto que é nossa intenção votar contra, nós podemos fazer, depois, uma declaração de voto relativamente à votação? -----

- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que o Senhor Deputado poderá fazer sempre as Declarações de Voto que entender. -----

- O Senhor Dr. Marco Gabriel: “É muito simples, no ponto 2.2 Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal da Covilhã para o ano 2008, que começa na página dez, nós fizemos uma intervenção oralmente, aqui, em que colocávamos algumas questões relativamente a esse ponto e era para pedir à Mesa da Assembleia que ela fosse integrada na respectiva acta, porque não consta. Portanto, vêm os documentos em anexo, os documentos que foram entregues, as intervenções que foram feitas oralmente vem só a do Presidente da Câmara Municipal. A intervenção que eu fiz, que foi oral, não consta. Acho que é simples de perceber, houve duas intervenções, uma foi com documento que “tá” cá, outra foi oral, que não está cá a transcrição daquilo que foi dito oralmente e era o pedido para que ela constasse na acta”. -----

- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou, o Senhor Deputado, que será feita a transcrição na acta da presente Sessão. -----

Transcrição da Intervenção feita, pelo Senhor Deputado Dr. Marco Gabriel, em 14 de Dezembro de 2007, no ponto 2.2 - Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal da Covilhã para o ano 2008 disse: “Alguns, alguns factos e algumas dúvidas sobre... sobre... sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano apresentados. Um primeiro é que sabemos de há cinco anos a esta parte, até mais, que a execução do Orçamento fica-se pelas ... portanto relativamente às Grandes Opções do Plano em 2006 foi de 20% relativamente àquilo que é anunciado. Ou seja quando se diz que isto é um Orçamento de contenção, quando baixa 2 milhões de euros de 84 para 82 ou de 86 para 84, ele deveria ser de muito mais contenção. Porque sabemos à partida que não vai ser... que não vai ser realizado. E portanto o colocar aqui uma série de ... uma série de receitas, nomeadamente, da venda de bens de investimento que aumentam 7 milhões de euros e passam a 52 milhões de euros, só pode querer dizer que é para se cumprirem os critérios, os rácios do endividamento e da Lei das Finanças Locais.

Ou seja, para nós recorrermos a mais financiamento e como vimos, no Mapa apresentado atrás, cada mapa aqui apresentado, de 3 em 3 meses, a Câmara pode-se endividar mais, há nove meses atrás era de 3 milhões, já a de 6 meses atrás era de 5 milhões. Portanto, vamos tirando excepções, tiramos a Zona Industrial do Tortosendo, tiramos as calamidades, tiramos a habitação social, agora tirámos a EDP, mais 12 de milhões de euros e a Câmara pode-se endividar agora 31 milhões de euros. Portanto, é para cumprir estes rácios, porque a gente sabe que depois fica em cerca de 20%, o cumprimento das receitas e das despesas aí previstas.

Há alguns factos aqui a salientar, nomeadamente, em termos das receitas de capital, como já disse, mais 7 milhões de euros previstos da venda de bens de investimento,

porquê? Aumenta-se aí porque do Orçamento Geral do Estado vem menos 8 milhões de euros de transferências de capital e, portanto, para equilibrar o tal orçamento e para a gente cumprir os rácios tinha que se colocar dessa forma.

Um outro facto é os juros e outros encargos, nomeadamente, a Instituições bancárias aumentarem mais 25% este ano. Ou seja, eram 2 milhões de euros e agora passam a 2 milhões e 500 mil euros, portanto, mais 500 mil euros, 25% sobre aquilo que a Câmara para fazer a sua actividade corrente normal terá que pagar às Instituições Bancárias mais 25% daquilo que já pagava em 2007. E entretanto, ou seja, as perguntas são: para quê prever 62 milhões de euros de despesas de capital quando só se executam cerca de 16 milhões e meio e para quê prever 61 milhões de receitas de capital quando só se executam cerca de 11 milhões?

Depois, relativamente às obras anunciadas e àquilo que é... portanto aquilo que é a Actividade da Câmara Municipal para 2008, em termos de obras a iniciar no ano, de obras novas que não estejam já em curso temos: o Assembleia Municipal da Covilhã, que na última Assembleia Municipal aqui realizada, penso eu, que na última, apresentaram, foi apresentado o projecto da Assembleia Municipal da Covilhã. Portanto, para dar dignidade ao espaço, para dar um determinado funcionamento e primazia também àquilo que é a Assembleia Municipal contrariando aquilo que estava previsto num outro espaço ao pé da Estação de Caminhos-de-ferro. E fomos para o edifício do Teatro Cine, portanto, é uma obra prevista para começar em 2008. Depois das muitas obras, que temos, na listagem de várias páginas temos: a aquisição depois de fogos na Biquinha; temos as Escadinhas de Santo André, portanto acho que era para ser elevador mas agora está aqui escrito escadinhas; a ampliação do Cemitério do Dominguiso; da Casa Mortuária do Teixoso; o Museu do Queijo, portanto foi anunciado como o Museu da Cor, não sei se será a mesma coisa e na última Assembleia Municipal realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal, fomos confrontados com a notícia de que afinal de contas depois de 7 anos do PCP, da CDU dizerem e afirmarem que o Teatro Cine precisava de reabilitação e que aquele era um espaço fundamental e essencial e por natureza seria aquele que deveria ser reconstruído e ser feito aí o tal Centro de Artes, depois de 7 anos, com muitas, muitas notícias desde o ano 2000 voltámos à forma inicial. Portanto, voltámos... deixámos o Centro de Artes e voltámos ao Teatro Municipal da Covilhã e aí colocamos uma questão fundamental, ou seja estivemos 7 anos a insistir naquilo que é o Centro e Artes, cá em baixo, na Zona Nova da Cidade, depois em 2 Assembleias Municipais fazemos... reconstruímos 2 Teatros, portanto o Cine Centro e o Teatro Cine que distam 500 metros um do outro coloca-se uma... para já gastou-se muito dinheiro em rendas no Teatro Cine da Covilhã e depois é... o que se coloca é: se vai ter 2 salas mais pequenas, como foi anunciado, se a Assembleia Municipal não teria dignidade para funcionar numa dessas Salas do Teatro Cine? E não estar a gastar mais 2 milhões e 400 mil euros? Penso eu, que é esse o número, 2 milhões e 900 mil euros, no Cine Centro, que dista 500 metros do Teatro Cine. São estas opções que nos fazem perguntar... são 3 milhões de euros, 2 milhões e novecentos a 500 metros de distância de um Teatro que vai ter essas duas Salas e que podia também ser recuperado para isso. Depois um Polidesportivo, continuando nas obras a lançar, da Coutada; o Complexo Desportivo da ADE; Estrada Municipal Barroca Grande Rio Zêzere; beneficiação de Caminhos no Teixoso; reparação da Estrada Municipal Ourondo - Casegas - Sobral de S. Miguel; uma nova intervenção na Av. da Europa e a requalificação da Rua Marquês d'Ávila e Bolama, para além da Sede da Junta de Freguesia de Cantar Galo. Ou seja, aquilo que nos é aqui anunciado, em termos de obras, para além do montante significativo estar mal aplicado, em nosso

entender, como já aqui referimos, deixar esta... uma última reflexão sobre o Plano: em 1.º lugar, como já disse, que prevê receitas que nunca se concretizam. Se essas receitas nunca se concretizam, as obras aí previstas, provavelmente, também não se vão concretizar. Depois, um orçamento que mantém no essencial aquilo que são as obras já em andamento e que portanto nos aponta cerca de 10 obras no próximo ano, algumas delas com alguma contestação relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia basicamente foi feito um “copy paste” daquilo que era o mapa do ano passado. Pelo menos poderiam ter ... há mais de 5 anos que se mantém esta transferência de verbas, não tendo sequer em conta a inflação e portanto no essencial são estas as dúvidas que colocamos, são estes factos que levantamos: O aumento daquilo que são os encargos com os juros Bancários; o inflacionar o orçamento para cumprimento do rácios do endividamento, através da inscrição em plano e da inscrição em orçamento de venda de bens de capital. E, depois, alertar, também, para uma situação que é aquele tal endividamento que nos é apresentado todos os trimestres aquando... e achamos que não deve ser assim mas se, se concretizar o negócio que ninguém sabe bem como é que está, pelos vistos só mesmo a revista Água e Ambiente é que sabe e o Gestor da SOMAGUE, é que a concretizar-se essa venda põe em causa aquilo que é o endividamento Municipal. Portanto, são estes os factos que temos a apontar a este orçamento que não trás nada de novo relativamente a outros anos”. -----

- O Senhor Prof. Bernardino Gata: “Confesso que só agora é que estou a ver a acta e foi o que eu disse!

Oh Senhor Deputado Hélio Fazendeiro, então, as dúvidas só podem ser tiradas pela transcrição da gravação. Eu penso que a transcrição da gravação é feita por uma funcionária de elevadíssima craveira profissional, que é a Senhora D. Olinda. Perdão, não, as coisas tem que ser ditas. Eu não misturo nada. É que o Senhor está-me aqui a por coisas que eu não disse... o que eu disse está aqui.

A orientação política, porque foi uma declaração política, Senhor Deputado, com que eu o fiz, tive o cuidado, como há-de reconhecer tento sempre por nas minhas intervenções para atingir os objectivos estratégicos políticos que pretendia, não há mais nada. De maneira que nós continuamos a confiar nos meios técnicos da Assembleia e a confiar, também, no critério da Mesa que, até agora, penso eu, tem mantido uma exemplar equidistância das intervenções dos grupos parlamentares e portanto esta acta não nos merece qualquer dúvida”. -----

- O Senhor Dr. Marco Gabriel: “Só não percebi se iria constar na próxima acta ou se não e, também, questionar esta questão, portanto, dizer que o Partido Comunista é coerente e que acha que as Barbearias ainda devem pertencer ao Estado foi visto, pela Mesa, que isto era uma questão relevante para estar na acta. Eu acho que a nossa intervenção, também, foi uma questão relevante para estar na acta. Portanto, pedíamos que ficasse mesmo, é só por isso. É que estão 4 páginas de intervenção do Senhor Presidente da Câmara e pensamos que também haveria espaço, era mais uma folha”. --

-

- Colocada a acta à votação, foi a mesma **aprovada por maioria com 44 votos a favor, 10 votos contra (PS, CDU e BE) e 4 abstenções (PS)**. -----



- Foram feitas Declarações de Voto:

- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “A declaração de voto é muito simples e aproveito, na declaração de voto, também para observar as declarações do Senhor Deputado Bernardino Gata. Eu quero-lhe dizer o seguinte: Não nos merece... Os Serviços Administrativos e de Apoio, a esta Assembleia, merecem-nos a maior consideração e estima, nomeadamente a D. Olinda que tem cumprido exemplarmente e, naquilo que toca ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem cumprido exemplarmente as funções que lhe cabem, com os meios que lhe dão que, também, é muito importante ser referido. Agora, acima disso, subsiste a responsabilidade política e a responsabilidade política da acta, da Assembleia Municipal, é da Mesa da Assembleia Municipal e dos Deputados que a aprovam e nós mais uma vez refiro, o Partido Socialista tem dúvidas que a acta transcreva “ipsis verbis” aquilo que decorreu na última Assembleia Municipal e por isso votamos contra a aprovação da acta porque, entendemos que não transcreve, exactamente, aquilo que foi dito e portanto é nesse sentido o nosso voto contra”. -----

- O Senhor Dr. Serra dos Reis votou contra (**doc. 1**). -----

- O Senhor Dr. Marco Gabriel: “As razões do nosso voto contra já foram explicadas mas, para que constem em acta, é porque... votámos contra porque nos parece que os documentos que são entregues na Mesa fazem parte, de facto, da acta e que das intervenções feitas oralmente deve haver, no mínimo dos mínimos, um resumo daquilo que foi a intervenção e a visão geral da intervenção, porque se não fica-se sem se saber se, se concordou, se não se concordou, com aquilo que estava a discutir. No mínimo dos mínimos um resumo daquilo que foi o sentido da intervenção, que acontece aqui com várias intervenientes, no caso, eu próprio, o Prof. José Pinto da Junta de Freguesia da Boidobra e mais uma ou duas intervenções. Parece-nos, de todo razoável, que isso possa aparecer nas próximas actas. Esperamos, ainda, que esta que nós acabámos de referir, que venha, venha depois expressa na acta seguinte”. -----

- O Senhor Prof. José Pinto - Boidobra: “Também, a minha declaração de voto, vai no sentido de não concordar com a feitura... com a forma como está feita a acta, na medida em que, só pelo facto de constar um nome da pessoa, que fez a intervenção, não é possível fazer a leitura do sentido dessa mesma intervenção. Portanto, o facto de constar lá o meu nome não consigo ler e... e aqui, Senhor Presidente, o português também é claro. Só o facto de estar o nome, não... não conseguimos fazer a leitura do sentido da intervenção da mesma. Eu compreendo que seja difícil fazer a transcrição na sua totalidade, por parte dos funcionários, mas para isso é que existe o registo. E, como disse o Doutor Marco, basta apenas digamos que uma ... um resumo da sua... da intervenção, por isso a minha... o meu voto também ter sido contra”. -----

- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou, o Senhor Deputado, que será feita a transcrição na acta da presente Sessão. -----

Transcrição da Intervenção feita, pelo Senhor Prof. José Pinto - Boidobra, em 14 de Dezembro de 2007 no ponto 2.2 Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal da Covilhã para o ano 2008:

“Eu começaria esta minha segunda intervenção com a frase «antes de o ser já o era» quero dizer com isto o seguinte: ainda o acordo do PSD com o PS, sobre esta questão das Autarquias, não está aprovado, em Assembleia da República, já o vemos a ser aplicado na Câmara Municipal da Covilhã. Isto porquê? Porque mais uma vez, à semelhança do ano passado, a Junta de Freguesia da Boidobra e, penso que, todas as Juntas de Freguesia, não foram dotadas de um documento que é fundamental para a gestão e para a planificação, ou seja, eu não consigo fazer o orçamento, na minha Junta de Freguesia com os meus companheiros, sem saber com que dinheiros vou contar. Até porque o POCAL não permite fazê-lo. Além do mais não tenho essa percentagem, como aqui foi referida, de edifícios, nem de propriedades, para poder supostamente colocar lá para alienação. Portanto vou votar o Orçamento que não conheço e... seria um acto de irresponsabilidade.

Fomos convocados duas vezes para reunir. A verdade é que, ambas as vezes, a reunião não se concretizou. Eu acho que isto não é digno, aliás é um desprezo pelas pessoas da Freguesia, quando se não valoriza a representatividade de um Presidente de Junta, seu principal interlocutor. E corremos o risco, e agora dirijo-me aos meus Colegas Presidentes de Junta, de que se calhar, no próximo ano corremos o risco de nem sequer estar aqui, não é? A manterem-se a coisas, a manterem-se as vontades políticas do PS e do PSD corremos o risco de não estar aqui. E eu pergunto se há alguém que não reconheça as necessidades das Freguesias? Uma vez que... que eu saiba às reuniões da Câmara não tenho dado conta que os residentes da Boidobra tenham ido. Que os Vereadores e o Senhor Presidente se tenham deslocado muito ou algumas vezes até à Freguesia também não tenho conhecimento. E por isso eu tenho muita dificuldade em votar um Orçamento e um Plano sem o conhecer. Aliás, apetecia-me fazer aqui as perguntas que certamente teria feito se tivesse tido a reunião ou deixaria de as fazer se tivesse o plano e orçamento. E volto a perguntar ao Senhor Presidente se a variante à Boidobra é para ir ou não avante? Se o Campo Ervado, no Bairro da Alâmpada, que passou a Sintético e depois a Ervado e que agora parece-me nem uma coisa nem outra, se vai avante? A ampliação do Cemitério, que nós pedimos, se vai avante? O acesso à Junta de Freguesia? Se a Sala do Multiusos para o Jardim-de-Infância da Boidobra vai ou não a ser feita?

Senhor Presidente eu gostaria de aqui anunciar uma obra emblemática na minha Freguesia mas só me ocorre dizer foi a ETAR, mas sinceramente, a ETAR nós prescindimos dela até porque anulou aquilo que mais belo nós tínhamos na Freguesia que era ... portanto aquela baixa, aquele espaço enorme onde nós podíamos contemplar os animais de forma particular e com o vosso respeito as vacas e as cegonhas, portanto aquilo que lá vemos hoje é um monstro de um edifício inacabado. Por isso, Senhor Presidente, gostaria de facto que tivesse um bocadinho mais de atenção para com os Eleitores e para com os Eleitos da Freguesia da Boidobra e custame dizer-lhe o meu voto vai ser contra. Porque é um voto, não por aquilo que o Orçamento e Plano têm mas sim um voto de protesto”.

- O Senhor Prof. Bernardino Gata: “Senhor Presidente, nós votámos favoravelmente, esta acta, porque penso que ela reflecte, à saciedade, o que se passou na última Assembleia. Mas, esta votação tem também em conta, de facto, alguma estupefacção pelas declarações feitas pelo Senhor Dr. Hélio Fazendeiro e que eu repúdio vivamente. Eu penso que, o Senhor Deputado, na sua declaração de voto confundiu, não sei se propositadamente, quero crer que assim não tenha sido, aquilo que eu disse e aquilo que o Senhor disse. Aquilo que eu disse, e repito, foi o seguinte:

Quero aqui fazer um desafio ao Senhor Presidente da Câmara, não sei se ele vai gostar, estou a transcrever, não sei se a minha Bancada vai gostar, não sei se as Vossas Bancadas vão gostar, certamente não. Mas, Senhor Presidente Carlos Pinto desafio-o solenemente a propor a esta Assembleia, a mesma proposta do Senhor Presidente António Costa, ponha os contadores a zero, ponha aqui à votação e a Assembleia vai aprovar por unanimidade e eu quero ver os Senhores Deputados do Partido Socialista, como fizeram “à outrance” os Deputados do Partido Social-Democrata de Lisboa, a assinar de cruz e sem reflectir muito nessa proposta dos contadores a zero. Resolveremos o problema.

O Senhor Deputado, Hélio Fazendeiro, fez aqui uma Declaração do que eu disse e foi o que ele disse. O que ele disse: Por isso o Senhor Deputado Bernardino Gata da Silva propôs ao Presidente da Câmara que ponderasse a apresentação de um plano de viabilização financeira e de reestruturação financeira do Município, eu não disse isto! Ele é que disse! Isto altera substantivamente, Senhor Deputado, as coisas”. -----

### **EXPEDIENTE**

- Ofício n.º 585 da Presidência do Conselho de Ministros, dizendo que foi prestada a devida atenção ao Voto de Congratulação da Assembleia Municipal sobre a Presidência Portuguesa na União Europeia;
- Ofício do Grupo Parlamentar, na Assembleia da República, do Bloco de Esquerda, relativamente às Finanças Municipais, Derrama;
- Ofício n.º 23692-598ACBS/08 do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, na Assembleia da República, sobre os Arqueólogos Avençados no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico;
- Ofícios Circ. N.º 6/2008-PB, da ANMP, sobre propostas que entraram na Associação relativamente a projectos de Lei, um do PCP, relativamente à Lei de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias e dois, no mesmo âmbito, do CDS-PP;
- Ofício n.º 51-GP do Município de Almada a remeter uma Deliberação onde manifesta o desacordo pela forma e conteúdo do projecto-lei dos Órgãos das Autarquias Locais;
- Ofício Circ. n.º 16/2008 da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, a enviar documento aprovado pelo Conselho Geral, referente à análise do Projecto de Lei n.º 431/X - Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais;
- Ofício do Grupo Parlamentar, na Assembleia da República, do Bloco de Esquerda, referente às alterações à legislação Autárquica, projecto-lei 445X do BE;
- Ofício n.º 04052 do Sindicato da Região Centro, um documento relativamente às verbas para requalificação do Parque Escolar na Região Centro dizendo que as mesmas são insuficientes e que foi entregue também ao Governo;
- Ofício n.º 563 da Presidência do Conselho de Ministros relativamente à alteração do Mapa Judiciário em resposta à Moção aprovada nesta Assembleia Municipal;
- Ofício n.º 411 do Ministério da Justiça, relativamente tema da extinção de Tribunais e ao Mapa Judiciário;
- Ofício Circ. n.º 21/2008-PB da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, as propostas de revisão do Mapa Judiciário e que também terminam emitindo o seu parecer desfavorável relativamente ao projecto de diploma;
- Ofício n.º 213 do Ministério da Justiça do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto relativamente à Moção que foi enviada.

## INTERVENÇÕES

--- O Senhor Dr. Serra dos Reis apresentou um Requerimento **(doc.2)**. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva fez uma intervenção política **(doc.3)**. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro fez uma declaração política a manifestar publicamente a solidariedade da Bancada do Partido Socialista, na Assembleia Municipal, para com o Senhor Dr. Victor Pereira, no referente às ameaças, de que foi vítima, à sua integridade física e à da sua Família.

De seguida disse: "É preciso realçar o trabalho extraordinário que tem sido desenvolvido pelos Vereadores da Oposição na Câmara Municipal, o Dr. Victor Pereira e o Dr. Miguel Nascimento, que têm feito oposição responsável, em condições difíceis.

Uma mensagem, muito importante, àqueles que fizerem essas ameaças: É que não ameaçaram o Dr. Victor Pereira, a seguir ao Dr. Victor Pereira, muitos mais cá estarão e o Partido Socialista está nessa luta.

Ao ameaçar o Dr. Victor Pereira terão que ameaçar todo o Partido Socialista na Covilhã!". -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata sobre a intervenção do Senhor Prof. Reis Silva: "interpelo a Mesa para: fazer chegar ao Senhor Deputado do Partido Comunista se tem provas que as apresente, se tem alguma acusação a fazer que a faça; e ao Senhor Vice-Presidente a convicção da minha Bancada da sua inquestionável honestidade e competência.

Segunda questão e em relação à Declaração Política, não vou pedir nenhum esclarecimento ao Senhor Deputado Hélio Fazendeiro, vou sim solidarizar-me com ele no caso das ofensas feitas, se é que aconteceram, mas tenho que acreditar que aconteceram, se elas são referidas pelo Senhor Vereador Victor Pereira. Solidarizar-me com ele e naturalmente também incitá-lo a que apresente queixa para que: a Judiciária, as Polícias, a Procuradoria, intervenham nesse sentido. Porque nós consideramos absolutamente inquestionável o direito e a autoridade política que os Vereadores, que o Presidente da Câmara, que os Deputados da Assembleia Municipal, têm na execução dos seus labores autárquicos e nesse aspecto estamos todos de acordo". -----

--- O Senhor Dr. Serra dos Reis fez uma Comunicação **(doc.4)** e apresentou uma Moção para reclamar medidas de reforço na responsabilidade do Estado, na prestação de cuidados de saúde **(doc.5)**. -----

--- Colocada a Moção à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

## ORDEM DE TRABALHOS

--- Submetida a Ordem de Trabalhos, à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente um ofício, a informar que foi dada continuação às acções objecto da última informação, e do Mapa de Envio Obrigatório à Direcção Geral do Orçamento que fica a fazer parte integrante da presente acta, ficando para os efeitos legais arquivado em pasta própria. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro pediu esclarecimento quanto à poda das árvores. “Em primeiro lugar, como é que é feita e de quem é a responsabilidade desse serviço? Depois, politicamente, quem é que assume essa responsabilidade? É que nós vemos verdadeiros crimes ambientais àquilo que é a consciência ambiental e o património ambiental que temos na Cidade da Covilhã”. -----

--- O Senhor Dr. Marco Gabriel (**doc.6**). -----

--- O Senhor Dr. Carlos Abreu, Presidente da Mesa da Assembleia: “Eu queria já aproveitar, antes de dar a palavra ao Senhor Deputado Serra dos Reis, para informar do seguinte: há alguns Senhores Deputados Municipais, vou escusar de mencionar, que por hábito assinam a folha, no início da Assembleia, e não ficam qualquer tempo. Eu acho que isso que é um abuso.

Seria bastante desagradável termos uma folha de presenças completamente assinada e quando quiséssemos votar, qualquer ponto, não haver quem estivesse presente, para fazermos a votação, e as pessoas alegaram que estavam presentes porque tinham a folha assinada.

Eu, no início do Mandato, informei que a Mesa não iria exercer qualquer coacção sobre as pessoas para estarem presentes. Mas, pelo menos, que houvesse algum bom relacionamento, a pessoa assina a folha e o dia que precisa de sair informa pelo menos o Presidente, só para ele saber com o que conta.

Mas, sistematicamente, há elementos que chegam a esta Assembleia, que até se podem fazer substituir, qualquer elemento se pode fazer substituir, há sempre um substituto, até os Senhores Presidentes de Junta têm o seu representante legal na Assembleia.

Acho que é um abuso. Por isso, de hoje em diante, vou passar a marcar falta às pessoas que não estão presentes nem, pelo menos, a um dos pontos da Ordem de Trabalhos.

Vão-me desculpar mas, daqui por diante, a Mesa decidiu que vai passar a marcar faltas. Porque, apesar de estarem as assinaturas, não se pode contemporizar com estas situações.

Se são situações esporádicas, muito bem. Se são permanentes a Mesa não pode contemporizar com isto.

Acho que é uma falta de respeito, não é para a Mesa é, para a Assembleia”. -----

--- O Senhor Dr. Serra dos Reis (**doc.7**). -----

## 2.2 - AMPLIAÇÃO DA 3.ª FASE DO PARQUE INDUSTRIAL DO TORTOSENDO - DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de Dezembro de 2007, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 00120 de 2008.01.08 e seus anexos. ----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Senhor Dr. Serra dos Reis (**doc. 8**). -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – Ampliação **da 3.ª Fase do Parque Industrial do Tortosendo - Declaração de Interesse Municipal**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 54 votos a favor e 4 abstenções (CDU e BE)**. -----

Foi feita Declaração de Voto, pelo Membro:

- Senhor Prof. Reis Silva: “Nós, optamos pela abstenção porque, pensamos que é a melhor forma de votar quando se têm muitas dúvidas e tem-se dúvidas em relação a este processo.

Nós, consideramos que é de interesse público, é evidente, a disponibilização de espaços para a implantação de Empresas. Que, por sua vez, criam emprego e mais valias para o Concelho. Mas pensamos, aliás, de acordo e em coerência com a intervenção que fiz no início, que a concentração numa zona, neste caso no Tortosendo, do conjunto de investimentos que, estão a ser feitos, levam à implantação de Empresas, à deslocalização das Populações, está a criar vários problemas nas Freguesias que estão mais afastadas deste grande Centro Industrial. É evidente que quem quer implantar uma Empresa, gosta de implantar, também, num local que tenha bons acessos, tenha outras Empresas em volta que também prestam serviços. Mas, não podemos descurar a realidade que é visível hoje.

Eu, quando fiz parte da Câmara Municipal, tinha feito uma proposta que a Câmara Municipal deveria apostar a Norte e a Sul do Concelho. Criando pequenos Parques Industriais onde fosse possível que, também, aí os naturais, ou não naturais, pudessem implantar as suas Empresas. Infelizmente, não foi feito esse trabalho, a Câmara não o adoptou e hoje assistimos a esta concentração na qual eu tenho muitas e sérias dúvidas e os impactos futuros que isto irá ter”. -----

## 2.3 - REGULAMENTO DE REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS DO ARQUIVO MUNICIPAL DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 01 de Fevereiro de 2008, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de

Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 01233 de 2008.02.07 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente a Senhora Dra. Telma Madaleno (**doc. 9**). -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento de Reprodução de Documentos do Arquivo Municipal da Covilhã**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

#### 2.4 - REGULAMENTO CARTÃO SOCIAL MUNICIPAL - ALTERAÇÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de Dezembro de 2007, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 00121 de 2008.01.08 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Senhor Prof. Reis Silva dizendo estar de acordo com esta alteração, até porque, já tinha sido proposta, na primeira vez que o documento veio à Assembleia, e não foi aceite.

“Portanto, isto é demonstrativo, muitas vezes, do prejuízo que trás a inflexibilidade de posições”. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento Cartão Social Municipal - Alteração**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

#### 2.5 - RELATÓRIO DO ESTADO DO AMBIENTE ACÚSTICO MUNICIPAL - APROVAÇÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Janeiro de 2008, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, com as com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 18/2007, de 16 de Março e pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, através do ofício n.º 00462 de 2008.01.14 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Relatório do Estado do Ambiente Acústico Municipal - Aprovação**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.

## 2.6 - MAPAS DE RUÍDO DO CONCELHO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Janeiro de 2008, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 3, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 00842 de 2008.01.24 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Mapas de Ruído do Concelho da Covilhã**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

## 2.7 - PROPOSTA DE LEI DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS JUDICIAIS

--- Na sequência do ofício n.º 269-GAP, de 04 de Fevereiro de 2008, da Câmara Municipal, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara: “Eu escrevi ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal na sequência da análise que foi feita na Câmara quanto à Proposta de Lei de Organização Judiciária que o Ministério da Justiça pôs em discussão.

A Câmara Municipal, por unanimidade, tem-se mostrado preocupada e colheu também este sentimento da Ordem dos Advogados, enquanto representante na Covilhã desta estrutura, e dos Advogados no seu conjunto. Fizemos uma reunião, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, procurando saber, justamente, da análise que é feita pelos profissionais e operadores de Justiça. E o sentimento geral é de recusa da proposta no que respeita à Covilhã. Certamente, que a maior parte daqueles que aqui estão já ouviram notícias quanto às mudanças que podem ter a ver com a Covilhã. A mais importante é a criação de uma circunscrição com sede em Castelo Branco e que vai desde a fronteira da Guarda até Mação, desviando o centro da actividade judicial para Castelo Branco. É verdade que o documento e o discurso quer do Ministro, quer do Secretário de Estado, vai procurando colocar as coisas em termos de que no fundo haveria uma reforma com esta profundidade e tudo ficava na mesma. Bom, quando se analisa mais profundamente o documento, quando ouvimos aqueles que no dia a dia são os práticos que estão no terreno da realidade que tem a ver com as necessidades de serviços, neste sector, para com os Cidadãos a opinião é completamente distinta. E o que se conclui é que, no fundo, esta proposta, se fosse aprovada, se fosse transformada em lei significaria um esvaziamento de serviços na Covilhã. E o problema coloca-se



justamente neste ponto: se a Covilhã pode ter um Governo que apresente uma proposta destas, ainda que seja meramente uma proposta e não transformada em lei?

De tal maneira que, aquilo que é o rosto da Cidade (faz parte das componentes do rosto da Cidade) que eu tenho referido: é a existência do Tribunal; é a existência de serviços de saúde, adequados; é a existência de serviços de educação, adequados; é a existência de acessibilidades, adequadas; é a existência de uma rede produtiva; são 4 ou 5 pólos que fazem o rosto de uma Cidade, se nós podemos aceitar este enfraquecimento? A resposta do Município, que nós exprimimos, ao Ministro da Justiça, ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da República, é que não aceitamos, por razões específicas da Covilhã. Pela perspectiva, que temos, de que o esvaziamento seria consumado se esta proposta fosse aprovada.

Depois desta análise, ou desta visão das coisas, no que respeita à Covilhã, convém também ter um segundo ponto de análise: É que existe uma espécie de decisão de ambiente decisório, nos Governos, que eu diria, que é profundamente reaccionário e que tende a continuar a olhar o País à luz dos critérios do século passado, partindo do principio que nada aconteceu entre as Cidades e que nós ainda nos reconhecemos numa Capital de Distrito. Para mim, já não existe Capital de Distrito há muitos anos!

É uma balela! É um embuste! Não existem Capitais de Distrito!

A Constituição se fosse cumprida, os Distritos tinham acabado. Simplesmente, como nós temos uma parte de embuste constitucional, que não tem significado, continua-se a falar em Distritos e há uma máquina montada e, neste momento, o Governo é o do Partido Socialista, não é outro!

Com evidências que, eles pensam que nós não percebemos, leva a que quando se faz o desenho, lá em Lisboa, parece que nem foi Lisboa, terá sido em Coimbra, imagine-se! Para desenhar um Mapa Judiciário, chamaram um grupo de Engenheiros Civis, provavelmente, agora vão chamar Advogados para projectar pontes, a nova ponte sobre o Tejo!

Bom, independentemente disso, há todo um contexto que tende a olhar para esta Região como se houvesse uma Capital em Castelo Branco. Isto é profundamente obsoleto, isto não tem nada a ver com os Albicastrenses, tem a ver com a cultura que está por trás destas mentes, e tem a ver com esta ideia de que já lá vai o tempo em que atribuíamos algum valor aos Governadores Civis, Instituição não é às pessoas, que alguém reconhecia um papel aos Governadores Civis, que é zero, é um peso, anda-se a falar tanto em redução de custos do Estado, porque é que não se extinguem os 18 Governos Civis que estão no País? Porque é que não se extinguem?

E, isto tem que ser dito, para que não se continue com esta ilusão de que alguém conseguiria que os Covilhanenses, os Advogados da Covilhã e os Habitantes da Covilhã, iam agora a caminho de Castelo Branco a pedir justiça, só porque algum Senhor, em Lisboa, resolveu que os Tribunais não são necessários para se dar confiança aos Investidores (que é das primeiras perguntas que fazem), já lhes basta saberem que os processos em Portugal são resolvidos com anos e anos de atraso, para ainda agora, quando quisessem por uma querela em Juízo, iam a Castelo Branco!

Isto é de quem não conhece o País!

É preciso que fique uma mensagem clara, que é aquilo que nós queremos trazer aqui a esta Assembleia, como posição da Câmara, unânime, que há matérias onde quem quisesse decidir, no sentido do documento que está proposto, tinha que se haver com o Povo da Covilhã! Não é com os que estão eleitos, tinha que se haver com o Povo da Covilhã! Que era o Povo da Covilhã que tinha que dizer o que é que pensava sobre estas matérias.

Porque nós temos aqui um universo de 100 mil pessoas, Covilhã, Fundão e Belmonte, 100 mil pessoas!

Castelo Branco tem 98 mil, à volta de Castelo Branco!

Foram depois, numa espécie de Chico espertismo, buscar pessoas de Mação, das franjas de Abrantes, para ver se... pudessem dizer para lá da Gardunha, são mais do que para cá da Gardunha.

Isto é um acto centralista! Porque o problema do centralismo, não é o custo do centralismo propriamente dito, é a atitude de jactância e pesporrência centralista que têm os centralistas.

Dizer-nos, a nós, que somos parvos! Ou querem fazer-nos crer que somos parvos! E que podem construir soluções que, a pouco e pouco, nos esvaziem daquilo que tem rentabilidade? Que tem movimento, os números de 2006, 2007 apresentam 8000 pendências no Tribunal da Covilhã!

Então, como é que se pode crer que a deslocação do pólo, para Castelo Branco, ia contribuir para uma diminuição deste movimento? Para uma melhor Justiça?

A prazo, obviamente que, tudo isto, daria numa redução daquilo que é fundamental existir na nossa Cidade!

Eu vou ser recebido, proximamente, pelo Membro do Governo, responsável. Vou-lhe levar esta mensagem! Eu tenho sempre a esperança de que o bom senso prevaleça. Porque, as razões são muito fortes, as razões da Covilhã, são muito fortes!

Aqui, na Covilhã, não nos importamos que Castelo Branco continue a ter o mesmo nível de Serviços Judiciários! Não nos importamos nada! Agora, que não nos levem os nossos, que não nos tirem os nossos serviços, porque evidentemente isso faz parte daquilo que é a nossa identidade!

É este sentido, que é sério, e que deve ter esta postura, nesta altura não vale a pena nós colocarmo-nos..., eu nunca me coloquei, perante os Governos, fossem quais fossem os seus matizes partidários, na perspectiva: talvez não seja bem assim; talvez não estejamos perante um documento muito importante; coloco-me na ideia de que vale mais prevenir do que remediar e que, desde logo, as pessoas sintam que quem tem que falar pela Covilhã, está contra esta medida e que não há negociação possível. Não há negociação possível!

A democracia não é imposição do Governo Central ao Governo Local!

Não é imposição!

Esta medida, que devia, desde logo, ter sido trabalhada com reuniões com os Presidentes de Câmara. Porque se perdeu este hábito, fecham-se Centros de Saúde, querem-se fechar Maternidades, eu sei tanto pelos jornais como toda a gente. E, eu penso que, pela representação que me é dada e à Câmara Municipal, que nós devíamos saber um bocadinho mais. Até devíamos saber na véspera das notícias, mas não! Ou compramos o jornal e abrimos a televisão, ou não sabemos das notícias. Porque elas são postas a circular como se, os Senhores Ministros e os Secretários de Estado, pensassem que ainda são Ministros e Secretários de Estado do anterior Regime, em que se ditava e nós tínhamos que aceitar.

Tudo isto se evitava se houvesse... (e é fácil somos um País pequeno, com 5 Regiões Plano, se dividir cada Região Plano em 2, são dez reuniões) não me digam que não há um Secretário de Estado, em 2 ou 3 meses, capaz de fazer dez reuniões, para apresentar estas intenções? Para ouvir, que é aquilo que agora querem fazer porque houve reacção agora querem ouvir, os Presidentes de Câmara que se levantaram? Porque já perceberam e estão assustados, com outros movimentos pelo País e então alto lá! Vamos lá ouvi-los! Porque isto pode dar para o torto!

Eu entendo que, a defesa destas questões, não cabe apenas à Câmara Municipal, cabe ao Concelho, representado pelos seus Órgãos Eleitos! Cabe, também, às Associações e às Empresas, a quem nós já solicitámos que exprimissem o seu pensamento. Porque esta matéria não é, uma matéria, alheia à Sociedade em Geral.

O vir aqui, esta questão, da Organização Judiciária, é no sentido de, também, a Assembleia Municipal, poder fazer a sua reflexão e se assim o entender, poder exprimir o seu sentido e faze-lo chegar aos Órgãos competentes”. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou, o Senhor Presidente da Câmara, que a Assembleia Municipal, também, já aprovou uma Moção que enviou, em devido tempo, quer ao Senhor Primeiro-Ministro; quer ao Ministro da Justiça; quer às Entidades envolvidas neste processo, repudiando a situação, do Novo Mapa Judiciário, que se preconiza. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros: Senhor Dr. Luís Fiadeiro (**doc. 10**), Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro (**doc. 11**), Senhor Dr. Carlos Gil (**doc. 12**) e a Senhora D. Isilda Barata (**doc. 13**). -----

--- O Senhor Dr. Luís Fiadeiro apresentou uma Moção (**doc. 14**). -----

--- Colocada a Moção à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Foram feitas Declaração de Voto, pelos Membros:

- Senhor Dr. Carlos Gil: “Votámos favoravelmente esta Moção porque não podia deixar de ser. São bem-vindas, todas as vozes que se juntem à luta contra o encerramento de serviços no Concelho da Covilhã.

Queríamos, no entanto, ressaltar, que para nós, neste caso concreto não se trata só de uma questão formal do encerramento do Tribunal da Covilhã, trata-se sim de todo um Diploma em cuja filosofia está subjacente a perca dos direitos dos Cidadãos no acesso à Justiça”. -----

- Senhor Dr. Serra dos Reis: “A nossa posição é idêntica. Isto é, analisamos bastante sobre o pormenor como é que este processo se desenvolveu. Ora, este processo fugiu a um conjunto de formalidades e designadamente a escuta das Entidades mais ligadas às questões da Justiça e da Lei orgânica da Justiça e parece que ninguém foi ouvido.

Eu congratulo-me, que o Senhor Presidente da Câmara, que quando convêm faz apelo à participação democrática e ao debate e congratulo-me com isso. Só apelo, ao Senhor Presidente, é que também faça incidir esse espírito dentro do nosso Concelho. Portanto o sentido do nosso voto é, na verdade, reclamar para a Covilhã aquilo que já tem e ser melhorado”. -----

## 2.8 - CONFRARIA DA CEREJA DE PORTUGAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de Janeiro de 2008, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea m), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as

com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 00841 de 2008.01.24 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Confraria da Cereja de Portugal**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 57 votos a favor e 1 abstenção (PS)**. -----

Foi feita Declaração de Voto, pelo Membro:

- Senhora Dra. Telma Madaleno absteve-se (**doc.15**). -----

--- O Senhor Dr. Luís Barreiros informou que o valor da quota anual, a pagar pela Câmara, foi o solicitado pela Confraria, que não é um subsídio para apoio de actividades, mas apenas uma quota anual. “Esse valor foi fixado, conjuntamente, com a Confraria”. -----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- Não houve solicitações, por parte, dos Cidadãos para intervirem. -----

### **ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezasseis horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

A Chefe de Secção,